

Proposta de políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias

A preocupante evolução demográfica que se verifica em Portugal nas últimas décadas exige o desenho e implementação de políticas públicas claras de incentivo à natalidade.

Para a CNEF, as políticas públicas devem ser baseadas na criação e incentivos, competindo à sociedade civil a construção do Portugal de amanhã. Queremos um país sustentável, solidário, equitativo baseado na força dos seus cidadãos.

O sector da educação e formação deve ser um dos pilares destas políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias. Por um lado, porque as crianças e jovens passam toda a sua infância e adolescência na escola. Por outro lado, porque essas fases da vida dos filhos são as mais delicadas para as famílias.

Em Portugal, hoje, todas as crianças estão na escola entre os 6 e os 18 anos de idade. A grande maioria entra na escola (pré-escolar) com 3 anos (85.7%).

O sistema educativo, que defendemos seja composto por iniciativas da sociedade, a operar em condições de autonomia, liberdade e qualidade, tem de ser parceiro ao serviço das famílias e não o inverso, como sucede num sistema monolítico e centralizado.

Orientações estratégicas:

- Criar políticas públicas de promoção da natalidade, protecção das crianças e apoio às famílias centradas no sistema educativo;
- Estas políticas públicas devem ter como eixo fundamental o apoio à família na condução do processo educativo dos filhos, sendo a família o principal agente de definição das relações com o sistema educativo;
- Políticas que respeitem e promovam o encontro entre as necessidades das famílias e a capacidade de cada escola para as satisfazer com rigor, flexibilidade e liberdade.

Medidas sectoriais concretas:

- generalização da acção social escolar a TODOS os alunos que a ela têm direito pela sua condição de insuficiência económica;
- melhoria dos contratos de desenvolvimento de apoio à família (educação pré-escolar) e outros instrumentos de apoio à frequência deste nível de educação. A desigualdade nas condições de acesso ao PE é uma questão essencial geradora de desigualdades inultrapassáveis uma vez que se trata de um período determinante na construção da personalidade, métodos de trabalho e de organização, socialização e aprendizagens;

- melhoria dos contratos simples de apoio à família (ensino básico e secundário) de modo a que sejam um verdadeiro apoio para as famílias com menos recursos;
- atribuição de bolsas para frequência do ensino profissional nas zonas do país onde não existem;
- aumentar a dedução fiscal em IRS das despesas de educação de modo a diminuir a dupla tributação daqueles que optam por ter os filhos no ensino particular e cooperativo;
- promover a regulamentação do ticket escola;
- criação de uma plataforma electrónica de matrícula e inscrição na escola que torne mais justo e transparente o processo de inscrição nas escolas públicas estatais de modo a garantir a liberdade de escolha, entre escolas estatais, das famílias com menor capital social.

Lisboa, 07 de janeiro de 2015